

CONSTITUCIONALISMO, DEMOCRACIA E JUVENTUDE: OS DESENCONTROS EM TEMPO DE INCERTEZAS

CONSTITUTIONALISM, DEMOCRACY, AND YOUTH: THE DISCONNECTS IN TIMES OF UNCERTAINTY

Jose Adercio Leite Sampaio 

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil
joseadercio.contato@gmail.com

Luiz Fernando Alves Botelho 

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil
botelholfa@gmail.com

Recebido: 13 Abr 2025

Aceito: 20 Ago 2025

Publicado: 30 Out 2025

Autor para correspondência:

joseadercio.contato@gmail.com



Resumo

Nas últimas décadas, o apoio de jovens a ideais e lideranças autoritárias tem crescido globalmente, desafiando o constitucionalismo e o Estado de Direito. Este artigo examina as razões por trás dessa tendência, destacando fatores como desilusão com o funcionamento democrático, desigualdade econômica, mudanças culturais e o impacto das redes sociais. Baseado em estudos documentados, a análise aponta como o ceticismo em relação à democracia tem levado os jovens a buscarem alternativas autoritárias, impulsionadas por uma combinação de insegurança e insatisfação. A pesquisa também explora possíveis caminhos para restaurar a confiança nas instituições democráticas, enfatizando a necessidade de reformas

que conectem a juventude aos valores democráticos.

Palavras-chave: Democracia. Desencanto da juventude. Deriva autoritária. Constitucionalismo. Estado de Direito.

Abstract

In recent decades, support for authoritarian ideals and leaders among young people has been growing globally, challenging constitutionalism and the rule of law. This article examines the reasons behind this trend, highlighting factors such as disillusionment with the functioning of democracy, economic inequality, cultural changes, and the impact of social media. Based on documented studies, the analysis points out how skepticism towards democracy has led young people to seek authoritarian alternatives, driven by a combination of insecurity and dissatisfaction. The research

also explores possible paths to restore trust in democratic institutions, emphasizing the need for reforms that connect youth to democratic values.

Keywords: Democracy. Youth disillusionment. Authoritarian drift. Constitutionalism. Rule of law.

1. Introdução

As novas gerações estão cada vez mais desiludidas com as instituições constitucionais e democráticas. Diversos estudos identificam uma tendência crescente de os setores mais jovens da sociedade se distanciarem dos instrumentos de legitimação do sistema político que se consolidou em muitos países ocidentais, principalmente, no final do século XX. Em vez de reformarem os processos disfuncionais ou inadequados, os jovens parecem mais propensos a substituírem-nos por formas autoritárias de governo.

A juventude não está sozinha nessa revanche do autoritarismo. O constitucionalismo democrático dá nítidos sinais de fadiga social com o apoio expresso ou tácito de grande parcela da população ao desmantelamento da regularidade institucional. As mudanças casuístas dos processos eleitorais, a concentração de poderes, sobretudo, nas mãos no Executivo e a restrição aos direitos fundamentais, ancoradas em discursos populistas, não mais geram estranhamento ou resistências.

O apoio expressivo dos jovens, costumeiramente pouco simpáticos a agendas conservadoras, é a novidade. Este estudo procura examinar o fenômeno e contribuir para o debate em torno de alternativas que possam restaurar à democracia o vigor perdido. Para tanto, utiliza-se do método lógico-dedutivo, ancorado em ampla revisão bibliográfica.

2. O desencanto jovem com a democracia

A democracia passa por um momento de descrédito entre a população mais jovem (Vowles, 2020). Diversos levantamentos de preferências sobre regime político mostram uma perda crescente de apoio ao regime político. O barômetro da ‘Open Society Foundation’ é um dos mais prestigiados. Os números coligidos em trinta países no final de 2023 ainda revelam uma preferência pelo regime democrático. Cerca de oitenta e seis por cento dos entrevistados responderam que gostariam de viver em um Estado democrático (OSF, 2023).

Para sessenta e dois por cento, a democracia era preferível a qualquer outro regime político. Vinte por cento acreditavam que países autoritários atenderiam melhor às demandas de seus cidadãos. cerca de um terço dos entrevistados disseram que ter o exército governando ou um líder que ‘não se importa’ com o parlamento ou eleições é uma boa maneira de governar um país. No Brasil, esse percentual girou em torno de trinta e um e vinte e um por cento respectivamente (OSF, 2023).

Embora o apoio à democracia já tenha sido maior, os números ainda são expressivos. Um sinal preocupante revelado pela pesquisa foi a descrença dos jovens na democracia. Apenas cinquenta e sete por cento dos entrevistados com idade entre 18 a 35 anos achavam que a democracia era preferível a qualquer outra forma de governo. Para uma parcela considerável deles, a ditadura seria boa para o país, principalmente se fosse militar, com quarenta e dois por cento de apoio contra trinta e cinco por cento para um governo civil (OSF, 2023)

Pesquisas realizadas especificamente na Europa também mostram níveis crescentes de insatisfação com o processo democrático (Romero-Vidal; Talukder, 2023). Enquanto mais de oitenta por cento dos maiores de 45 anos preferiam a democracia a qualquer outra forma de governo, esse número, entre os menores de 35 anos, caía para não mais de setenta por cento. Vinte e cinco por cento% deles ainda afirmavam que, em algumas circunstâncias, o autoritarismo seria até melhor do que um sistema democrático ou ainda que não haveria diferenças relevantes entre eles. O percentual pode parecer ainda alto, mas revela um decréscimo significativo no apoio à democracia (Bartomeus, 2024; Bristelle et al, 2024).

O apoio jovem a movimentos populistas e de extrema direita foi particularmente alto nas eleições parlamentares europeias, mesmo em países como Espanha e Portugal, que viveram longo e duro período de ditadura. Os jovens parecem ter-se esquecido do que ocorreu naquele período. No contexto alemão, descobriu-se que a juventude tinha maior propensão a apoiar movimentos de extrema direita de viés autoritário do que os maiores de 50 anos (Decker, 2022). Nos Estados Unidos, estudos mostraram tendência semelhante (McDonald, 2020; Selcher, 2023)

Na América Latina, tão marcada por violações aos direitos fundamentais no curso de tantos regimes ditatoriais, a juventude parece agora mais simpática aos valores autoritários e antipluralistas, chegando a negar que tenham ocorrido tais violações nos períodos de exceção (Barrera *et al*, 2021; Azpuru, 2024).

A identificação das razões para uma guinada politicamente conservadora dos jovens é um dos temas mais inquietantes dos analistas políticos. Não há resposta única para todos os cantos e contextos, mas alguns elementos estão mais presentes na maioria deles em maior ou menor grau.

3. Crise econômica e desigualdade

O aumento da desigualdade e a quase crônica crise econômica têm enfraquecido a crença da democracia como expressão da vontade (e da necessidade) popular (Streeck, 2011). A progressiva concentração do poder econômico alimenta a sensação de que todo o sistema opera para beneficiar a minoria que se encontra no topo da pirâmide social. Há uma curiosa e contestada correlação entre a crise econômica, o desempenho do governo e apoio democrático. Muitos estudos indicam que os três estão interlaçados, mas há quem não encontre uma relação assim tão direta (Claassen; Magalhães, 2022).

Em autocracias, de fato, o bom desempenho da economia tende a aumentar o apoio ao regime (Roskin, 2010; Yang; Zhao, 2015). O mesmo efeito ocorreria nas democracias, repetindo-se a famosa frase do assessor de Clinton, James Carville, ‘a economia, estúpido’ (Fukuyama, 2014; Mounk, 2018). Nem sempre, porém, a crise e, principalmente, a bonança da economia se refletem no maior ou menor apoio a governos democráticos, ainda mais quando se trata de países com instituições sólidas (Evans; Whitefield, 1995; Yap, 2013). A insatisfação com a democracia pode aparecer, mas isso não significa que o apoio não mais existe. A primeira é conjuntural; a segunda, vinculada a princípios, é estrutural (Easton, 1975)

A questão se complica um pouco, quando a crise se alonga no tempo, o que sucede no curso de uma mudança de modelos ou formas de trabalho, induzida por avanços tecnológicos (Koronowski, 2016). A conjuntura dá lugar à estrutura. Altos índices de desemprego e de inflação abalam as credenciais dos governantes. Sua persistência pode ampliar a insegurança e as desigualdades sociais, oportunizando a retórica de falência não apenas do governo, mas do próprio regime (Kotzian, 2011). Os jovens são particularmente mais suscetíveis a esse discurso diante das incertezas que pesam sobre o seu futuro (Díez-Gutiérrez; Jarquín-Ramírez; Palomo-Cermeño, 2024)

Pesquisas, na Europa e nos Estados Unidos, mostraram que o desemprego entre jovens e a falta de perspectivas econômicas fomentavam o apoio a partidos populistas e de extrema-direita que apelavam ao nacionalismo e criticavam a política de imigração, apontada como maior fonte da insegurança econômica dos jovens (Foa; Mounk, 2016; Zagórski *et al*, 2021; Rodríguez-Pose *et al*, 2023). Na América Latina e notadamente no Brasil também foi descrito o mesmo fenômeno, embora sem o componente anti-imigração (Barros; Santos, 2021; Santana; Ferrario, 2022; Azpuru, 2024).

4. Criminalidade e segurança social

Em regiões marcadas por altos índices de violência e insegurança social, a democracia – e em grande medida os direitos fundamentais – é vista com profundo ceticismo. Para muitos, em verdade, os governos democráticos se mostraram incapazes de conter a violência e o crime (Koning; Puddister, 2024).

Estudos realizados em países da América Central, designadamente El Salvador, Guatemala e Nicarágua, relacionaram diretamente a alta criminalidade e violência com a perda de legitimidade do regime democrático (Cruz, 2003). Essas conclusões se podem extrapolar com certa cautela para os demais países da região. Há um sentimento difuso e crescente na população sobre a ineficiência do Estado em prevenir e combater a ocorrência de crimes (Malone, 2010). Para alguns estudiosos, o crime violento é o único indicador de desempenho governamental que tem efetivo impacto no apoio democrático, indiretamente, por meio de sua influência na satisfação democrática (Visconti, 2020; Claassen; Magalhães, 2022).

A desconfiança se direciona aos governos e às instituições de justiça, atravessando a arquitetura do Estado de Direito (Herrmann *et al*, 2011). Esse sentimento e desconfiança, estimulados pelo medo, abalam a solidariedade que sedimenta a convivência política. Em verdade, as pessoas são levadas a confiar em seus próprios recursos em vez de esperar intervenção estatal ou se envolver em arranjos de solução cooperativa (Ayres, 1998; Carreras, 2013).

Diante desse quadro, os eleitores em geral e os jovens em particular acabam por abraçar discursos políticos que prometem adoção de medidas de segurança, baseadas no primado da lei e da ordem (Middlebrook, 2000; Koning; Puddister, 2024). Essa explicação conta com apoio empírico na crescente preferência por candidatos populistas ou com fortes propensões autoritárias em diversos países da Europa Central e Oriental (Auerbach; Petrova, 2022), da África (Agbaenyi, 2022), Ásia (Maxwell, 2019) e América Latina (Marcella *et al*, 2021).

5. A revanche contra-identitária

A sociedade ocidental estaria a passar por uma crise cultural, caracterizada pela fragmentação da identidade nacional e pelo medo de perda de tradições. O pluralismo social, as políticas identitárias e, especialmente, nos Estados Unidos e na Europa, a imigração seriam as causas apontadas para a degradação dos valores morais cristãos e da identidade cultural (Lucassen; Lubbers 2012; Norris; Inglehart,

2019), atingindo quase igualmente os eleitores mais velhos e mais novos, com a propensão maior de esses últimos acolherem os discursos populistas autoritários (Schäfer, 2022).

Embora se note que a reação cultural tenha raízes no enviesamento de grupo e no racismo que atravessa estruturalmente as sociedades, a incerteza econômica tende a reforçar a busca pelo ‘retorno’ a um passado glorioso – e mítico –, em que predominavam os valores tradicionais e a estabilidade social (Schmidt, 2022). A globalização e a democracia, ao propiciarem o pluralismo e o movimento das pessoas, com a decorrente perda de sentido moral da sociedade, tornaram-se seus inimigos (Sparke, 2022).

Na América Latina e, particularmente, no Brasil, o avanço dos direitos sociais e das pautas identitárias, de gênero e de direitos da comunidade LGBTQI+ despertou uma reação conservadora, fortemente influenciada por orientações religiosas mais radicais, que combate as chamadas políticas ‘progressistas’ (Payne; Santos, 2020; Smith; Boas, 2024). Os jovens, antes mais identificados com essas agendas e lutas, em muito contribuíram para o renascimento da vaga reacionária (Iamamoto *et al*, 2023; Chebly, 2024). A ressurreição do ódio a um suposto domínio comunista e a conspirações globalistas convenceram a muitos deles como a seus pais, fazendo surgir o apoio a movimentos de direita radical que pareciam sepultados com o ocaso das ditaduras (Silva, 2019).

6. A desconfiança generalizada nas instituições

Os jovens tendem a desconfiar na capacidade de as instituições políticas darem respostas às suas angústias sobre o futuro. É crescente a percepção, fantasiosa ou exagerada, de que as deliberações governamentais e do Judiciário são ineficientes e corruptas, sendo as eleições meros artefatos para trocas de mãos do poder dentro da elite (Bugari, 2015; Vowles, 2020). Quase um quarto das pessoas (vinte e três por cento) identificou a corrupção como um dos principais problemas do país (OSF, 2023).

Essa identificação era maior na África e na América Latina, mas também foi proeminente na Ásia e na Rússia. Em geral, ela se achava associada aos políticos que, dentre as instituições e atividades profissionais, ficaram entre os mais mal avaliados. Na média global, cerca de trinta por cento acreditavam que eles trabalhavam para o bem de todos. Essa média foi significativamente elevada pelas respostas obtidas em países com regimes fortes ou híbridos como Arábia Saudita, Bangladesh, China, Egito e Índia. Nas democracias consideradas centrais, como Alemanha, Estados

Unidos, França e Reino Unido, a pontuação ficou abaixo dela, com destaque para os quinze por cento dos franceses. No Brasil, a confiança nos políticos foi apenas de dezenove por cento. Em todos os casos, o peso dos jovens foi significativo (OSF, 2023).

Na percepção dos descontentes, toda maquinaria política e institucional do constitucionalismo democrático estaria a serviço de um sistema divorciado das necessidades do povo. A restauração da confiança pública dependeria de escolhas de líderes alheios ao sistema com a capacidade de instaurar a ordem e a justiça. A democracia estaria assim em processo de ‘recessão’ (Diamond, 2015) ou de ‘desconsolidação’ (Foa; Mounk, 2016).

7. A influência das redes sociais e da propaganda digital

As redes sociais contribuíram com o aumento da disseminação de notícias falsas e de teorias conspiratórias que costumam apontar para um grande arranjo internacional, comunista ou das elites, para a falta de emprego e de perspectiva das gerações mais novas (Graber; Tushnet, 2018; Ferguson, 2021). O uso de algoritmos permitiu a criação de bolhas informativas e de câmaras de eco que reforçam crenças preexistentes e exponencializam a desinformação. As bolhas são por eles criadas por meio dos filtros de informações com base em preferências e interações passadas (Nguyen, 2020). Nas câmaras eles contam com mecanismos de confirmação social e de exclusão ativa de conteúdos divergentes pelos usuários (GeiSS *et al*, 2021). Em ambas, há redução significativa da diversidade de opiniões, o que amplia a divisão social e a polarização política (Kitchens *et al*, 2020).

Políticos que expressam visões mais extremas, por exemplo, possuem maior número de seguidores e tendem a receber mais doações de campanha (Hong, 2013). Identificou-se, com base em traços de personalidade (‘Big-5’), que os usuários mais raivosos e menos conscienciosos são mais suscetíveis a mensagens radicais e a disseminá-las sem qualquer cuidado de verificação de sua correção (Ferguson, 2021). Assim também, as pessoas que se sentem frustradas ou privadas de direitos que supostamente lhes pertenceriam, como postos de trabalho, são mais propensas a certos tipos de polarização, como mensagens populistas. Os algoritmos são capazes de identificar essas propensões e suscetibilidades e com elas atuar sobre os usuários para ampliar o engajamento que gera retorno financeiro às plataformas (Hameleers *et al*, 2018).

Não é só pelo fato de os jovens usarem mais as redes sociais que se pode

prever um impacto maior sobre eles, mas pelo que esse uso faz com eles. O aumento do tempo diante da tela de dispositivos eletrônicos e das interações digitais está associado à elevação dos níveis de ansiedade e depressão, particularmente entre adolescentes e jovens adultos (Ferguson, 2021). Em grande parte, esse quadro se deve a pressões que sentem por comparações constantes em redes sociais (Pawar, 2021). Não raramente a exposição a imagens editadas e filtradas em mídias sociais ampliam os níveis de insatisfação com o corpo e com as condições de vida que levam, influenciando negativamente a autoestima e provocando ressentimento (Oudin et al, 2023). O uso excessivo de dispositivos digitais pode também causar a dependência de plataformas digitais, o que leva a uma sobrecarga de estímulos e a dificuldade em manter a atenção em tarefas analógicas (Ersgården; Sinha, 2023).

E há mais. Mesmo com a elevação das interações sociais mediadas pelas plataformas, constatou-se paradoxalmente um aumento considerável de sentimentos de isolamento e solidão dos usuários (Pelea, 2023). Uma das razões deve estar no fato de a interação digital se dar de modo muito superficial e dentro das bolhas e câmaras informativas. Há uma empatia seletiva e provisória que impede o estabelecimento de laços estáveis de solidariedade (Xu; Zhang, 2023). Tanto a polarização quanto a exposição constante a imagens e informações de crises, geradora da ‘fadiga da compaixão’, se tornam os jovens mais insensíveis e menos empáticos, aprofundam seu sentimento de desenraizamento e solidão (Thomas; Cary; Smith, 2018). Ilhas sociais, eles consomem a própria tragédia projetada nos ‘outros’, os inimigos ideológicos.

8. A timidez das respostas institucionais às crises democráticas

Claro está que a própria democracia tem sua parcela de culpa nesse processo. Há um distanciamento crescente dos órgãos representativos em relação às queixas e aos interesses concretos dos cidadãos como o desemprego, a insegurança econômica e as desigualdades sociais (Loughlin, 2019). Mesmo os processos em que se discutem políticas que possam melhorar as condições de vida da população, jovem inclusivamente, as atividades políticas se desenvolvem em circuitos burocráticos praticamente fechados sobre si mesmos, do que resultam soluções insatisfatórias (Bennett; Livingston, 2018; Rockman, 2019).

As necessidades regulatórias para mitigar os efeitos divisórios da sociedade e a crise de legitimação do próprio fazer democrático esbarram em obstáculos formais

ou na própria polarização que se projetou nas instâncias estatais (Somer *et al.*, 2023). A disciplina das redes sociais é um exemplo muito próximo, assim como a reforma do processo eleitoral e parlamentar que reduzam as disfuncionalidades da política democrática (Stearns, 2024). O retrato que passam é de paralisia, quando não de indiferença, alimentando o abismo entre instituições e povo (Loughlin, 2019).

Em cenários assim, candidatos que se apresentam como estranhos ao sistema costumam ganhar apoiadores e mesmo eleições. No poder, essas figuras tendem a testar os limites da institucionalidade ainda que não contem com a simpatia dos parlamentares. Em sistemas presidencialistas, o chefe do Executivo tende a ampliar formal e informalmente seus poderes. Se possuir base parlamentar suficiente, há uma tendência de reduzir a independência do Judiciário e de restringir as liberdades políticas, minando lentamente os pilares da competição democrática (Levitsky; Ziblatt, 2018; Runciman, 2018). O controle de constitucionalidade não é capaz de frear as investidas, que acabam por erodir a democracia (Fornaciari, 2022).

Os mecanismos de responsabilização, tanto horizontal (supervisão parlamentar e judicial), quanto diagonal (pressões da sociedade civil e da mídia) e ainda vertical (competição eleitoral entre partidos e dentro dos partidos) – desempenhou um papel na interrupção da erosão democrática em todos eles, podem falhar na articulação de insatisfação do público (Laebens; Lührmann, 2023). A forma como a oposição reagirá a esse fenômeno também pode ser a chave do sucesso ou fracasso do ataque institucional. Os Eestudos mostraram que, em democracias frágeis ou jovens como na Bolívia, Equador, Tailândia e Turquia, a moderação foi a estratégia mais eficaz para a oposição debelar a intentona, embora ela seja uma aposta arriscada, pois pode ser interpretada como fraqueza pelo incumbente, que tende a ampliar seu poder. Ademais, ela é difícil de sustentar-se ao longo do tempo, pois o processo de concentração de poder e de contorno aos limites constitucionais tendem a se intensificar (Cleary; Öztürk, 2022).

No Equador, a moderação ajudou a oposição a resistir ao agravamento da concentração de poderes por Rafael Correa, revertendo até algumas de suas medidas mais autoritárias (Hurtado, 2019). Na Turquia e na Venezuela, por exemplo, a radicalização da oposição após o primeiro ciclo eleitoral fortaleceu os incumbentes, Erdogan e Chávez, abrindo caminho para a consolidação de regimes autoritários (Selçuk, 2018). Mesmo quando consegue êxito na remoção do chefe do Executivo, como ocorreu na Tailândia e, em parte, na Bolívia, o resultado não é satisfatório. No primeiro caso, abriu-se um ciclo de instabilidade política com a instalação de um regime militar (Connors; Hewison, 2008). Na Bolívia, a remoção de Morales, por meio de um golpe, após polêmicas eleições, fragilizou as instituições democráticas

do país (Díaz-Cuellar 2019).

9. O constitucionalismo democrático tem jeito?

O desgaste do Estado de Direito e da Democracia, sem adoção de reformas profundas e urgentes, só tende a se agravar. No espaço da angústia e do descontentamento popular, o discurso do populismo autoritário semeia suas tempestades. As soluções simplistas se oferecem à resolução de problemas complexos, empacotadas com uma farta retórica contrária às elites e ao sistema, seduz o eleitorado (Elster, 2020). A juventude, inclusivamente.

O desprezo dos jovens ao pluralismo e ao canto populista enfraquecem a capacidade das democracias de se renovarem e de se adaptarem a crises. Se a tendência atual continuar, a deriva autoritária parece o destino mais provável aos regimes políticos. Dos mais frágeis aos que parecem hoje consolidados (Mounk, 2018). Nessa deriva, o constitucionalismo perde a sua essência, pois se converte em mero instrumento da vontade da autoridade. Sucumbem a separação de poderes e a garantia de direitos fundamentais.

A alternativa restante são reformas profundas que alterem o divórcio entre governante e governados, desencastelando o fazer político das rotinas burocráticas e dos conchavos de gabinetes. Mudanças nos partidos, que reduzam os poderes senhoriais de suas lideranças e impeçam comportamentos antidemocráticos, assim como a transformação do processo eleitoral em ritos mais transparentes e com séria restrição ao financiamento de campanhas, de modo que permita a concorrência de programas, devem ser acompanhadas da abertura do processo legislativo à participação popular efetiva (Daly; Jones, 2020; Weyland, 2020).

A desigualdade social deve ser combatida ou, pelo menos, minorada (Polacko, 2022). Instituições inclusivas são fundamentais nesse sentido, o que pode exigir medidas que assegurem representações igualitárias de gênero, raça, etnia e mesmo etárias (Freidenberg, 2020; Bahamonde; Trasberg, 2021; Smith, 2021). A proteção da independência judicial, limitações mais rígidas contra a concentração de poder e o fortalecimento dos mecanismos de controle, de transparência e de combate à corrupção, são por igual necessários (Mounk, 2018; Merkel, 2018; Lührmann, 2023). As regulamentações específicas para plataformas digitais e instrumentos efetivos de combate à desinformação devem ser adotadas, com o objetivo de qualificar o debate político (Miller; Vaccari, 2020). O frescor da democracia, reencontrando seu caminho e promessas, deve trazer de volta o a viço e energia da juventude.

Considerações finais

O estudo sobre o desencantamento das novas gerações com a democracia revela um quadro preocupante. Há muitas causas envolvidas. A crise econômica, desigualdades persistentes, insegurança, proliferação de desinformação em redes sociais e o distanciamento das instituições públicas de interesses e necessidades da população estão entre elas.

Os jovens, mais expostos à incerteza econômica e às mídias digitais, tendem a buscar alternativas que, se por um lado prometem soluções mais imediatas, simples e, quase sempre, ineficazes, por outro, colocam em risco os valores fundamentais do sistema democrático. Os discursos autoritários ganham cada vez mais espaço entre jovens. Se antes eles pareciam mais seduzidos por agendas pluralistas, agora parecem mais propensos a adotar orientações que favorecem a ordem e o controle, sob influência de uma atmosfera de frustração e insegurança.

Reformas profundas são indispensáveis para restaurar a legitimidade e a vitalidade das democracias contemporâneas. Entre as reformas sugeridas, no presente trabalho, estão a renovação dos mecanismos de representatividade e transparência no processo eleitoral, com ênfase na limitação do financiamento de campanhas, associadas à minoração das desigualdades sociais e à promoção de instituições inclusivas. A reforma dos partidos políticos, com a redução do poder centralizador de suas lideranças e a promoção de práticas democráticas internas, também se mostra essencial para reaproximar o fazer político das demandas populares e incentivar a participação cidadã.

A educação surge como elemento central na revitalização do compromisso com a democracia, sendo indispensável para a formação de cidadãos críticos e capazes de resistir às constantes armadilhas da desinformação e da manipulação digital. Em um contexto de crescente influência das redes sociais e de descrença nas instituições, a educação deve ser orientada para desenvolver o pensamento reflexivo, promover o entendimento sobre os valores democráticos e fortalecer o senso de responsabilidade coletiva. Ao preparar as novas gerações para lidar com os desafios contemporâneos, a educação pode contribuir para a construção de uma sociedade mais consciente e engajada, capaz de preservar e renovar os fundamentos do constitucionalismo e dos princípios democráticos.

Adicionalmente, os mecanismos de proteção ao judiciário e de abertura do processo legislativo, com controles que limitem a concentração de poder, mostram-se necessários à prevenção do uso abusivo do poder, notadamente pelo executivo. O combate à desinformação e a regulação das plataformas digitais, de modo a reduzir

a formação de bolhas informativas e câmaras de eco, são igualmente fundamentais para assegurar um debate público saudável e plural.

A superação dos desafios enfrentados pelas democracias contemporâneas exige ainda a construção de um diálogo intergeracional capaz de unir a experiência acumulada pelas gerações anteriores à visão inovadora e às demandas das novas gerações. Essa interação também se mostra relevante para ampliar a compreensão mútua e construir soluções que conciliem a estabilidade institucional com as transformações sociais necessárias. O reconhecimento da importância desse diálogo permite que as gerações passadas contribuam com sua perspectiva histórica, enquanto os jovens trazem vitalidade e novas abordagens para o debate democrático, possibilitando reforçar os laços de confiança e solidariedade indispensáveis à construção de consensos.

Essas medidas se destinam a revigorar não apenas a democracia como o constitucionalismo, de modo a incorporar salvaguardas jurídicas e políticas contra as tendências populistas e autoritárias. O fortalecimento dos controles institucionais, aliado a políticas que combatam a exclusão social e econômica, pode, então, recolocar a democracia em um caminho da renovação, com a capacidade de envolver e recuperar a confiança da juventude perdida.

Referências

AGBAENYI, A. N. Democratic Deficit, Insecurity And Development In Nigeria's Fourth Republic. **Research Journal of Humanities and Social Science**, v. 10, n. 3, p. 46-54, 2022. Disponível em: <https://www.questjournals.org/jrhss/papers/vol10-issue8/1008364372.pdf> . Acesso em: 20 nov. 2024.

AUERBACH, K.; PETROVA, B. Authoritarian or Simply Disillusioned? Explaining Democratic Skepticism in Central and Eastern Europe. **Political Behavior**, v. 44, n. 4, p. 1959-1983, 2022. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11109-022-09807-0> . Acesso em: 20 nov. 2024.

AYRES, R. L. **Crime and Violence as Development Issues in Latin America and the Caribbean**. Washington, DC: World Bank, 1998.

AZPURU, D. **Explaining Support for Populism in Contemporary Latin America**. Oxon; New York: Routledge, 2024.

BAHAMONDE, H.; TRASBERG, M. Inclusive institutions, unequal outcomes: Democracy, state capacity, and income inequality. **European Journal of Political Economy**, v. 70, p. 102048, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0176268021000471> . Acesso em: 15 nov. 2024.

BARRERA, O.; LEIVA, A.; MARTÍNEZ-TOLEDANO, C.; ZÚÑIGA-CORDERO, Á. Social Inequalities, Identity, and the Structure of Political Cleavages in Argentina, Chile, Costa Rica, Colômbia, México e Peru (1952-2019). **World Inequality Lab**, 2021. Disponível em: <https://shs.hal.science/halshs-03215948/> . Acesso em: 15 nov. 2024.

BARROS, L.; SANTOS, M. Right-wing populism in the tropics: Economic crisis, the political gender gap, and the election of Bolsonaro. **Discussion Papers**, n. 242, 2021. Disponível em: http://www2.vwl.wiso.uni-oettingen.de/ibero/working_paper_neu/DB242.pdf . Acesso em: 15 nov. 2024

BARTOMEUS, O. Por qué cada vez menos jóvenes creen en la democracia. **El País**, 16 jun. 2024. Disponível em: <https://elpais.com/ideas/2024-06-16/por-que-cada-vez-menos-jovenes-creen-en-la-democracia.html> . Acesso em: 15 nov. 2024

BENNETT, W. L.; LIVINGSTON, S. The disinformation order: Disruptive communication and the decline of democratic institutions. **European journal of communication**, v. 33, n. 2, p. 122-139, 2018.

BRISTELLE, A.; CARBONELL, J.; COHEN, S.; DRESSLER, M.; KASZÁS, A.; KOSTRZEWSKI, A.; MITCHELL, G.; SMOGORZEWSKI, K.; WIRTHWEIN,

K. **How Young People Facing Disadvantage View Democracy in Europe.** Brussels; Dublin; Madrid; Paris: Foundation for European Progressive Studies, TASC, Fondation Jean-Jaurès, Fundación Felipe Gonzalez, Foundation Amicus Europae, Friedrich-Ebert-Stiftung and the Institute for Social Democracy, 2024.

BUGARI, B. A crisis of constitutional democracy in post-Communist Europe: “Lands in-between” democracy and authoritarianism. **International Journal of Constitutional Law**, v. 13, n. 1, p. 219-245, 2015. Disponível em: <https://academic.oup.com/icon/article/13/1/219/689918> . Acesso em: 20 nov. 2024.

CARRERAS, M. The impact of criminal violence on regime legitimacy in Latin America. **Latin American research review**, v. 48, n. 3, p. 85-107, 2013. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/latin-american-research-review/article/impact-of-criminal-violence-on-regime-legitimacy-in-latin-america/BDE598BCD4FA4D45E67B8D5934DD698> . Acesso em: 20 nov. 2024.

CHEBLY, M. M. **Gender Bias and the Far-right Populism in Argentina.** [s.l.]: San Diego: University of California, 2024. [Dissertação de Mestrado]. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/40f0f8bf#main> . Acesso em: 21 nov. 2024

CLAASSEN, C.; MAGALHÃES, P. C. Effective government and evaluations of democracy. **Comparative Political Studies**, v. 55, n. 5, p. 869-894, 2022. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/00104140211036042> . Acesso em: 20 nov. 2024.

CLEARY, M. R.; ÖZTÜRK, A. When does backsliding lead to breakdown? Uncertainty and opposition strategies in democracies at risk. **Perspectives on Politics**, v. 20, n. 1, p. 205-221, 2022.

CONNORS, M. K.; HEWISON, K. Introduction: Thailand and the “good coup”. **Journal of Contemporary Asia**, v. 38, n. 1, p. 1-10, 2008. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/00472330701651929> . Acesso em: 20 nov. 2024.

CRUZ, J. M. Violencia y democratización en Centroamérica: El impacto del crimen en la legitimidad de los regímenes de posguerra. **América Latina Hoy**, v. 35, p. 19–59, 2003. Disponível em: <https://revistas.usal.es/cuatro/index.php/1130-2887/article/view/7374> . Acesso em: 20 nov. 2024.

DALY, T. G.; JONES, B. C. Parties versus democracy: Addressing today’s political party threats to democratic rule. **International Journal of Constitutional Law**, v. 18, n. 2, p. 509-538, 2020. Disponível em: <https://eprints.whit>

erose.ac.uk/160478/3/13%20UP%20Daly%20and%20Jones.pdf . Acesso em: 15 nov. 2024.

DECKER, O. Flight into Authoritarianism: The Dynamics of Right-Wing Extremism at the Centre of Society. In: DECKER, O.; KIESS, J.; BRÄHLER, E. (ed.). **The Dynamics of Right-Wing Extremism within German Society**. Trad. David West. London; New York: Routledge, 2022. p. 1-37.

DIAMOND, L. Facing up to the Democratic Recession. **Journal of Democracy**, v. 26, n. 1, p. 141-155, 2015.

DÍAZ-CUELLAR, V. Requiem Para El ‘Proceso de Cambio. **Control Ciudadano**, v. 13, n. 32, p. 1-16, 2019.

DÍEZ-GUTIÉRREZ, E-J.; JARQUÍN-RAMÍREZ, M-R.; PALOMO-CERMEÑO, E. Neo-fascist trends in education: neo-liberal hybridisation and a new authoritarian order. **Journal for Critical Education Policy Studies (JCEPS)**, v. 22, n. 2, p. 125-170, 2024. Disponível em: http://www.jceps.com/wp-content/uploads/2024/09/22_2_4.pdf . Acesso em: 15 nov. 2024.

EASTON, D. A re-assessment of the concept of political support. **British Journal of Political Science**, v. 5, n. 4, p. 435-457, 1975.

ELSTER, J. Some notes on ‘Populism’. **Philosophy & Social Criticism**, v. 46, n. 5, p. 591-600, 2020.

ERSGÅRDEN, E.; SINHA, J. **Addressing Digital Barriers: A Case Study: Exploring how adults with mental health disorders perceive digitalization and the digital divide**. [s.l.]: Malmö: Malmö University, 2023. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Disponível em: <https://mau.diva-portal.org/smash/get/diva2:1807158/FULLTEXT02.pdf> . Acesso em: 20 nov. 2024.

EVANS, G.; WHITEFIELD, S. The politics and economics of democratic commitment: Support for democracy in transition societies. **British Journal of Political Science**, v. 25, n. 4, p. 485-514, 1995.

FERGUSON, C. J. Does the internet make the world worse? Depression, aggression and polarization in the social media age. **Bulletin of Science, Technology & Society**, v. 41, n. 4, p. 116-135, 2021. Disponível em: <https://www.christopherjferguson.com/Internet%20Worse.pdf> . Acesso em: 15 nov. 2024.

FOA, R. S.; MOUNK, Y. The danger of deconsolidation: The democratic disconnect. **Journal of democracy**, v. 27, n. 3, p. 5-17, 2016.

FORNACIARI, M. B. Involution of the Constitutional Order and the Role of the Highest Courts: a Comparative Perspective. In: GROPP, T.; CARLIN, V.; MILANI, G. (ed.). **Framing and diagnosing constitutional degradation: a**

comparative perspective. Genova: Editore Consulta OnLine, 2022. p. 177-184. Disponível em: <https://giurcost.org/contents/giurcost//COLLANA/ebook-TaniaGroppi.pdf> . Acesso em: 15 nov. 2024.

FREIDENBERG, F. Electoral reform and political representation of women in Latin America. **Oxford Research Encyclopedia of Politics**. 2020. Disponível em: <https://oxfordre.com/politics/view/10.1093/acrefore/9780190228637.001.0001/acrefore-9780190228637-e-1676> . Acesso em: 15 nov. 2024.

FUKUYAMA, F. States and democracy. **Democratization**, v. 21, n. 7, p. 1326-1340, 2014.

GEISS, S.; MAGIN, M.; JÜRGENS, P.; STARK, B. Loopholes in the echo chambers: How the echo chamber metaphor oversimplifies the effects of information gateways on opinion expression. **Digital Journalism**, v. 9, n. 5, p. 660-686, 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21670811.2021.1873811> . Acesso em: 20 nov. 2024.

GRABER, M. A.; LEVINSON, S.; TUSHNET, M. Introduction. In: GRABER, M. A.; LEVINSON, S.; TUSHNET, M. (eds.). **Constitutional democracy in crisis?**. New York: Oxford University Press, 2018.

HAMELEERS, M.; BOS, L.; DE VREESE, C. H. Selective exposure to populist communication: How attitudinal congruence drives the effects of populist attributions of blame. **Journal of Communication**, v. 68, n. 1, p. 51-74, 2018. Disponível em: <https://pure.uva.nl/ws/files/31007720/jqx001.pdf> . Acesso em: 20 nov. 2024.

HERRMANN, S.; MACDONALD, D.; TAUSCHER, R. **Confidence in the Criminal Justice System in the Americas**. Americas Barometer Insights: 2011. Disponível em: <https://www.vanderbilt.edu/lapop/insights/I0862en.pdf> . Acesso em: 15 nov. 2024.

HONG, S. Who benefits from Twitter? Social media and political competition in the US House of Representatives. **Government Information Quarterly**, v. 30, n. 4, p. 464-472, 2013. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0740624X13000646> . Acesso em: 20 nov. 2024.

HURTADO, O. **Political power in Ecuador**. New York: Routledge, 2019.

IAMAMOTO, S. A.S.; MANO, M. K.; SUMMA, R. Brazilian far-right neo-liberal nationalism: family, anti-communism and the myth of racial democracy. **Globalizations**, v. 20, n. 5, p. 782-79, 2023.

KITCHENS, B.; JOHNSON, S. L.; GRAY, P. Understanding echo chambers and filter bubbles: The impact of social media on diversification and partisan shifts in news consumption. **MIS quarterly**, v. 44, n. 4, p. 1619-1649, 2020. Disponível

em: https://www.darden.virginia.edu/sites/default/files/inline-files/05_16371_RA_KitchensJohnsonGray%20Final_0.pdf . Acesso em: 20 nov. 2024.

KONING, E. A.; PUDDISTER, K. Common sense justice? Comparing populist and mainstream right positions on law and order in 24 countries. **Party Politics**, v. 30, n. 2, p. 223-235, 2024. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/13540688221131983> . Acesso em: 20 nov. 2024

KORONOWSKI, A. Technological Progress and Unemployment: luddism and beyond. **Gospodarka Narodowa. The Polish Journal of Economics**, v. 284, n. 4, p. 5-22, 2016. Disponível em: <https://gnpje.sgh.waw.pl/pdf-100757-33149> . Acesso em: 20 nov. 2024.

KOTZIAN, P. Public support for liberal democracy. **International Political Science Review**, v. 32, n. 1, p. 23-41, 2011.

LAEBENS, M. G.; LÜHRMANN, A. What halts democratic erosion? The changing role of accountability. In: LÜHRMANN, A.; MERKEL, W. (ed.). **Resilience of Democracy. Responses to Illiberal and Authoritarian Challenges**. London; New York: Routledge, 2023. p. 40-60.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **How democracies die**. New York: Broadway Books, 2018.

LOUGHLIN, M. The Contemporary Crisis of Constitutional Democracy. **Oxford Journal of Legal Studies**, v. 39, n. 2, p. 435-456, 2019.

LUCASSEN, G.; LUBBERS, M. Who fears what? Explaining far-right-wing preference in Europe by distinguishing perceived cultural and economic ethnic threats. **Comparative political studies**, v. 45, n. 5, p. 547-574, 2012.

MALONE, M. F. T. The Verdict Is In: The Impact of Crime on Public Trust in Central American Justice Systems. **Journal of Politics in Latin America**, v. 2, n. 3, p. 99-128, 2010.

MARCELLA, G.; PÉREZ, O. J.; FONSECA, B. Conclusions. In: MARCELLA, G.; PÉREZ, O. J.; FONSECA, B. (eds). **Democracy and Security in Latin America: State Capacity and Governance Under Stress**. London; New York: Routledge, 2021. p. 209-213.

MAXWELL, S. R. Perceived threat of crime, authoritarianism, and the rise of a populist president in the Philippines. **International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice**, v. 43, n. 3, p. 207-218, 2019.

MCDONALD, R. P. **The Kids are Alt-Right: A Review of Authoritarian Attitudes in Young Adults**. [s.l]. 2020. [MA Major Research Papers n. 13]. Disponível em: https://ir.lib.uwo.ca/politicalscience_maresearchpapers/13 . Acesso em: 15 nov. 2024.

MERKEL, W. Challenge or crisis of democracy. In: MERKEL, W.; KNEIP, S. (ed.). **Democracy and crisis: Challenges in turbulent times**. Cham: Springer, 2018. p. 1-28.

MIDDLEBROOK, K. J. Introduction: Conservative Parties, Elite Representation, and Democracy in Latin America. In: MIDDLEBROOK, K. J. (ed.). **Conservative Parties, the Right, and Democracy in Latin America**. Baltimore: John Hopkins University Press, 2000. p. 1-52.

MILLER, M. L.; VACCARI, C. Digital threats to democracy: Comparative lessons and possible remedies. **The International Journal of Press/Politics**, v. 25, n. 3, p. 333-356, 2020.

MOUNK, Y. **The people vs. democracy: Why our freedom is in danger and how to save it**. The People vs. Democracy. Cambridge; London: Harvard University Press, 2018.

NGUYEN, C. T. Echo chambers and epistemic bubbles. **Episteme**, v. 17, n. 2, p. 141-161, 2020.

NORRIS, P.; INGLEHART, R. **Cultural Backlash. Trump, Brexit, and Authoritarian Populism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

OPEN SOCIETY FOUNDATIONS (OSF). **Open Society Barometer: Can Democracy Deliver?**. September, 2023. Disponível em: <https://www.opensocietyfoundations.org/focus/open-society-barometer> . Acesso em: 15 nov. 2024.

LOUDIN, A.; MAATOU, R.; BOURLA, A.; FERRERI, F.; BONNOT, O.; MILLET, B.; SCHOELLER, F.; MOUCHABAC, S.; ADRIEN, V. Digital phenotyping: data-driven psychiatry to redefine mental health. **Journal of Medical Internet Research**, v. 25, p. e44502, 2023. Disponível em: <https://www.jmir.org/2023/1/e44502/> . Acesso em: 15 nov. 2024.

PAWAR, Y. Impact of digitalization on mental wellness of students International. **Journal of Social Science and Economic Research**, v. 6, n. 6, p. 1807-1816, 2021.

PAYNE, L. A.; SANTOS, A. A. The right-wing backlash in Brazil and beyond. **Politics & Gender**, v. 16, n. 1, E6, 2020.

PELEA, C. I. Digital Culture-Bound Syndromes: A Sociocultural Perspective on Human-Technology Interaction, Mental Health, and Communication. In: PELEA, C. I. (ed.). **Culture-bound syndromes in popular culture**. London; New York: Routledge, 2023. p. 243-264.

POLACKO, M. The rightward shift and electoral decline of social democratic parties under increasing inequality. **West European Politics**, v. 45, n. 4, p. 665-

692, 2022.

ROCKMAN, B. A. Bureaucracy between populism and technocracy. **Administration & Society**, v. 51, n. 10, p. 1546-1575, 2019.

RODRÍGUEZ-POSE, A.; TERRERO-DÁVILA, J.; LEE, N. Left-behind versus unequal places: interpersonal inequality, economic decline and the rise of populism in the USA and Europe. **Journal of Economic Geography**, v. 23, n. 5, p. 951-977, 2023.

ROMERO-VIDAL, X.; TALUKDER, D. **Generational Perspectives on Western European Democracy: The changing influence of political and economic drivers of satisfaction with democracy**, 2022. Disponível em: http://www.researchgate.net/publication/374776950_Generational_Perspectives_on_Western_European_Democracy_The_changing_influence_of_political_and_economic_drivers_of_satisfaction_with_democracy . Acesso em: 15 nov. 2024.

ROSKIN, M. **Countries and concepts: Politics, geography, culture**. 11ª ed. New York: Pearson, 2010.

RUNCIMAN, D. **How Democracy Ends**. London: Basic Books, 2018.

SANTANA, C. H. V.; FERRARIO, M. N. Middle classes and the rise of authoritarian populist rulers: a comparison between contemporary Brazil and India. In: **Virtual Congress of the Latin American Studies Association (LASA)**. 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Carlos-Santana-4/publication/360443817_Middle_Classes_and_the_Rise_of_Authoritarian_Populist_Rulers_a_comparison_between_contemporary_Brazil_and_India/links/6276689b107cae2919918ae1/Middle-Classes-and-the-Rise-of-Authoritarian-Populist-Rulers-a-comparison-between-contemporary-Brazil-and-India.pdf . Acesso em: 15 nov. 2024.

SCHÄFER, A. Cultural backlash? How (not) to explain the rise of authoritarian populism. **British Journal of Political Science**, v. 52, n. 4, p. 1977-1993, 2022.

SCHMIDT, V. A. The Discursive Construction of Discontent: Nationalist Populism, Neo-Liberalism, and the Political Economies of Europe and the United States. **Journal of European Integration**, v. 44, n. 2, p. 165- 182, 2022.

SELCHER, W. **American Political Culture in Transition: The Erosion of Consensus and Democratic Norms**. Brasília: INCT-INEU, 2024. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=4742918 . Acesso em: 20 nov. 2024.

SELÇUK, O. Strong presidents and weak institutions: populism in Turkey,

Venezuela and Ecuador. In: ÖKTEM, K.; AKKOYUNLU, K. (ed). **Exit from Democracy. Illiberal Governance in Turkey and Beyond**. New York; London: Routledge, 2018. p. 103-122.

SILVA, F. C. T. O Discurso de Ódio. **Revista nuestraAmérica**, v. 7, n. 13, p. 45-64, 2019.

SMITH, A. E.; BOAS, T. C. Religion, sexuality politics, and the transformation of Latin American electorates. **British Journal of Political Science**, v. 54, n. 3, p. 816-835, 2024.

SMITH, G. **Can democracy safeguard the future?**. Cambridge: Polity Press, 2021.

SOMER, M.; MCCOY, J. L.; LUKE, R. E. Pernicious polarization, autocratization and opposition strategies. In: LÜHRMANN, A.; MERKEL, W. (ed.). **Resilience of Democracy. Responses to Illiberal and Authoritarian Challenges**. London; New York: Routledge, 2023. p. 61-80.

SPARKE, M. Reactionary anti-globalism: the crisis of globalisation. In: BALLARD, R.; BARNETT, C. (ed). **The Routledge handbook of social change**. London; New York: Routledge, 2022. p. 19-33.

STEARNS, M. L. **Parliamentary America: The Least Radical Means of Radically Repairing Our Broken Democracy**. Baltimore: JHU Press, 2024.

STREECK, W. The crises of democratic capitalism. **New left review**, n. 71, p. 5-29, 2011.

THOMAS, E. F.; CARY, N.; SMITH, L. G.; SPEARS, R.; MCGARTY, C. The role of social media in shaping solidarity and compassion fade: How the death of a child turned apathy into action but distress took it away. **New Media & Society**, v. 20, n. 10, p. 3778-3798, 2018.

VISCONTI, G. Policy preferences after crime victimization: panel and survey evidence from Latin America. **British Journal of Political Science**, v. 50, n. 4, p. 1481-1495, 2020.

VOWLES, J. Populism, authoritarianism, vote choice and democracy. In: VOWLES, J.; CURTIN, J. **A populista exception? The 2017 New Zealand general election**. Auckland: ANU Press, 2020. p. 107-135.

WEYLAND, K. Populism's threat to democracy: Comparative lessons for the United States. **Perspectives on Politics**, v. 18, n. 2, p. 389-406, 2020.

XU, Z.; ZHANG, M. The "ultimate empathy machine" as technocratic solutionism? Audience reception of the distant refugee crisis through virtual reality. In: REILLY, P.; SALOJÄRVI, V. (ed.). **(De) constructing Societal Threats During Times of Deep Mediatization**. London; New York: Routledge, 2023.

p. 35-57.

YANG, H.; ZHAO, D. Performance legitimacy, state autonomy and China's economic miracle. **Journal of Contemporary China**, v. 24, n. 91, p. 64-82, 2015.

YAP, O. F. Economic performance and democratic support in Asia's emergent democracies. **Comparative Political Studies**, v. 46, n. 4, p. 486-512, 2013.

ZAGÓRSKI, P.; JOSÉ RAMA, J.; CORDERO, G. Young and temporary: Youth employment insecurity and support for right-wing populist parties in Europe. **Government and Opposition**, v. 56, n. 3, p. 405-426, 2021.